



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº CM-173/2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade de reserva de 10% (dez por cento) das vagas de estacionamentos rotativos públicos ou privados de uso coletivo com 20 (vinte) ou mais vagas, no âmbito do Município de Divinópolis/MG, para instalação de bicicletários públicos e dá outras providências.

O povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade do Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica obrigatória a reserva de 10% (dez por cento) das vagas de estacionamentos rotativos públicos ou privados de uso coletivo com 20 (vinte) ou mais vagas, no âmbito do Município de Divinópolis/MG, para a instalação de bicicletários públicos, conforme diretrizes da Lei nº 8.643/2019, que estabelece o Plano de Mobilidade Urbana.

Art. 2º Os bicicletários deverão atender, no mínimo, os seguintes critérios:

I - localização visível, de fácil acesso e com sinalização vertical e horizontal adequada;

II - estrutura para fixação do quadro das bicicletas, com capacidade proporcional à demanda local;

III - compatibilidade com o Código de Posturas Municipal (art. 91), respeitando o afastamento mínimo de 0,20 m da edificação e faixa livre de circulação de 1,5 m em calçadas com largura mínima de 3 metros;

IV - preferência para instalação em áreas com integração à malha cicloviária e ao transporte coletivo;

V - condições de segurança e acessibilidade;

VI - cobertura ou abrigo contra intempéries, sempre que tecnicamente viável.

Art. 3º A presente Lei aplica-se:



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

I - aos estacionamentos rotativos públicos sob gestão direta ou indireta do Município;

II - aos estacionamentos privados de uso coletivo com capacidade igual ou superior a 20 (vinte) vagas.

Art. 4º O descumprimento desta Lei sujeitará o responsável às seguintes penalidades:

I - notificação para adequação no prazo de até 60 (sessenta) dias;

II - em caso de não atendimento, aplicação de multa no valor de 20 UPFMD por mês de descumprimento;

III - reincidência poderá implicar a suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento até a regularização.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, sendo permitida a celebração de parcerias com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil, nos termos da legislação vigente.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei por Decreto, definindo os critérios técnicos complementares e mecanismos de fiscalização.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias.

Divinópolis, 11 de dezembro de 2025.

Vereador Israel da Farmácia
Presidente da Câmara

Vereador Breno Júnior
1º Secretário

Assinantes

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse
o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

54N**R24****0M0****VDO**